



# territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 7 • nº 29 • mai./jun.2007

## editorial

O primeiro semestre de 2007 registra, finalmente, uma clara e articulada mobilização de parte da imprensa contra os avanços do movimento quilombola. Desde o final de 2003, diversas matérias críticas às conquistas das comunidades quilombolas vêm sendo publicadas na imprensa. Algo normal em uma democracia e que merece resposta por parte do próprio movimento quilombola e das comunidades citadas em cada caso, até mesmo para que o debate público possa educar o senso comum sobre o tema.

Em maio deste ano, porém, tais matérias ganharam um caráter sistemático. Ao longo de poucas semanas, registramos a produção e difusão de uma série de reportagens que ocuparam espaços nobres de jornais impressos, assim como o horário nobre do maior telejornal do país (e de ao menos uma de suas afiliadas regionais). Em todas elas, o caráter parcial e estrategicamente desinformado das matérias era evidente. Já não há qualquer preocupação com o velho lema da imparcialidade jornalística. O foco são os processos de regularização fundiária movidos pelo Incra e, a maior arma, a deliberada confusão entre o conceito histórico de quilombo e o conceito legal de remanescentes de quilombos.

Matérias que pretendem não documentar situações ou levantar suspeitas, mas “denunciar fraudes”, selecionando depoimentos e situações que fazem as comunidades quilombolas parecerem pura ficção. O objetivo é assustar a opinião pública e, finalmente, capturá-la em um discurso hostil às conquistas dos movimentos sociais (veja a seção Fala Quilombola desta edição). Ironicamente, nessas matérias, pequenas comunidades negras pobres, por vezes miseráveis, são transformadas em algozes de latifundiários, de empresas multinacionais (responsáveis por décadas de destruição da Mata Atlântica), da Igreja Católica (maior proprietária de terras do país) e da própria Marinha de Guerra do Brasil. Admirável façanha retórica.

A democracia precisa de uma imprensa livre, mas também de uma imprensa respeitosa, que não se transforme em folhetim barato e sensacionalista toda vez que isso interessa aos seus proprietários. Os atuais ataques à luta quilombola, sob o disfarce de “denúncias” que transformam um ponto de vista no único ponto de vista possível, lembram o que já aconteceu e continua acontecendo com as lutas indígena e dos Sem-Terra.

Não é à toa que no mesmo período tenham surgido propostas legislativas contra a regularização fundiária quilombola, tenha sido lançado um Movimento dos Com Terra no Sul do país e, cada vez mais, o tema seja pensado como assunto do Gabinete de Segurança Institucional, que substituiu,

mantendo a mesma ideologia, o nada saudoso Conselho de Segurança Nacional, dos tempos da ditadura militar. Trata-se da reação das classes proprietárias ao crescimento real do movimento e à simples ameaça de avanço dos processos de regularização fundiária quilombola. Estão se antecipando, porque não querem perder nem os anéis.



Placa na entrada da comunidade de Sacopã, RJ

• NACIONAL

**REAÇÃO DO AGRONEGÓCIO**

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil promoveu no dia 26 de abril, em Brasília, o Fórum Agrário Empresarial, para discutir os conflitos agrários e propor soluções. Os empresários de agronegócios presentes fizeram duras críticas aos movimentos sociais que lutam pela terra, em particular ao Movimento dos Sem Terra, e também ao Incra. Eles questionam o volume de áreas destinadas para índios, negros e sem-terra e acusam o governo de fazer desapropriações arbitrárias de terras dos fazendeiros. Uma das palestras apresentada foi "A Questão quilombola," que mostrou os impactos do Decreto nº 4887/03 do ponto de vista dos empresários.

Fonte: Agência CNA

**CONAQ RECEBIDA PELO INCRA**

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, recebeu no dia 19 de junho, na sede do órgão, em Brasília, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). A entidade apresentou diversas reivindicações, entre elas: estabelecimento de metas para regularizar terras quilombolas; regularização de territórios com processos abertos em terras públicas ou de herança sem conflito estabelecido; um relatório com informações sobre os processos em andamento. Hackbart assegurou que o Incra tem clareza do direito das comunidades e que a entidade continuará agindo com rigor e com critérios técnicos para regularizar os territórios. Ele sugeriu a realização de uma reunião no mês de julho, com a presença dos superintendentes regionais do Incra, para debater o que está sendo feito em todo o País.

Fonte: MDA

**DESNUTRIÇÃO INFANTIL**

De acordo com uma pesquisa promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de cada dez crianças quilombolas com até cinco anos de idade, uma está desnutrida. 11,6% das crianças que fizeram parte da pesquisa apresentam déficit de altura para a idade, principal indicador de desnutrição. O levantamento traçou ainda o perfil socioeconômico dessa população, mostrando a influência da renda e escolaridade nos indicadores. Denominada "Chamada Nutricional", a pesquisa mediu e pesou 2.941 crianças de 60 comunidades em 22 estados durante campanha de vacinação em agosto de 2006.

Entre os dados fornecidos pela Chamada Nutricional destacamos: em famílias cujas mães têm mais de quatro anos de estudos, o déficit nutricional é de 8,8%, mas entre aquelas com nível de escolaridade abaixo disso, o índice sobe a 13,7%. Apenas 80% dos lares pesquisados tem acesso à energia elétrica; o abastecimento de água por meio da rede pública só chega a 30% das residências e, com relação ao saneamento, em 46% das casas pesquisadas o esgoto é a "cúcu aberto".

Fonte: Pantanal News

• NOS ESTADOS

**AP**

**CURSO DE FORMAÇÃO POPULAR**

No dia 22 de maio foi iniciada, no Conselho das Comunidades Afrodescendentes do Amapá, a formação de 25 agentes quilombolas de educação do projeto "Bacuri - Semeando o Futuro através da Educação Popular".

A formação será implantada em oito comunidades quilombolas da zona rural amapaense, atendendo 200 crianças e adolescentes. A iniciativa tem patrocínio da Petrobrás, em parceria com a Prefeitura de Macapá e com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Fonte: Site Antonio Correa Neto

**PA**

**FORMAÇÃO PARA PROFESSORES DE ORIXIMINÁ**

A Coordenação de Promoção de Igualdade Racial na Escola, da Secretaria de Estado de Educação, promoveu o curso de formação de professores quilombolas na comunidade de Cachoeira Porteira, em Oriximiná. O curso, realizado entre 28 de maio e 1º de junho, propõe a formação continuada de mais de 80 professores. O objetivo é a aplicação da lei federal nº 10.639, que atende as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Além de Cachoeira Porteira, sede do encontro, outras localidades próximas também participam do curso.

Fonte: Governo do Pará

**RO**

**HISTÓRIA ABANDONADA**

O Real Forte Príncipe da Beira - importante monumento histórico, localizado no município de Costa Marques (RO) - está em estado de abandono. O Forte foi construído entre 1776 e 1783, consagrando os atuais limites do Brasil e da Bolívia, no Rio Guaporé. Depois do abandono do Vale do Guaporé, considerado

insalubre, existem indícios de que o Forte passou a ser comandado por negros, pelo menos até 1830. Quilombolas da região vem roçando de forma voluntária uma pequena parte da Fortaleza para que os visitantes possam entrar no recinto. Eles reivindicam a contratação da população local para trabalharem como zeladores e guias turísticos para preservar a Fortaleza.

Fonte: Pastoral Fluvial da Diocese de Guajará Mirim

## MA

### DEBATE SOBRE BASE DE ALCÂNTARA

Um debate com o tema “Os Quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara” encerrou no dia 18 o evento “Semana do 13 de maio no Maranhão: a falsa Abolição”. A iniciativa foi da Secretaria Extraordinária da Igualdade Racial. Embora convidados, nenhum representante do Centro de Lançamento de Alcântara estava presente. Durante o debate, foram sugeridas diversas propostas para o caso de Alcântara, como a criação de um fundo no qual um percentual de todo o lucro gerado pelo CLA seria revertido para as comunidades, como uma forma de compensação para as famílias atingidas pela base. A idéia, que já foi proposta como projeto legislativo, será reapresentada ainda neste ano pelo deputado Domingos Dutra (PT). Outra proposta foi a criação de uma Comissão Estadual, composta por representantes do poder público e da sociedade civil, visando a discussão da questão de Alcântara.

Fonte: Conaq

## PE

### DIREITO À APOSENTADORIA

Modificar a Lei federal 8.213 para que integrantes de comuni-

dades remanescente de quilombos sejam admitidos como quilombolas no sistema de previdência foi uma das propostas definidas no dia 13 de junho, durante audiência pública, realizada em Garanhuns, para debater o acesso destas populações aos benefícios previdenciários. Atualmente, os quilombolas são tratados pela previdência como trabalhadores rurais comuns e acabam sem conseguir receber aposentadoria por não ter como provar posse de terras. “A maioria dos quilombolas pensa que tem direito somente à aposentadoria ou à pensão. Mas não é bem assim: os remanescentes de quilombos têm direito a qualquer um dos 21 benefícios concedidos aos trabalhadores urbanos ou rurais”, explicou o superintendente regional do INSS, Francisco Alencar. Mas, segundo o Promotor Marco Aurélio Farias, essas comunidades necessitam do reconhecimento das autoridades para usufruírem dos direitos assegurados aos demais cidadãos. Cerca de 200 pessoas, entre representantes do MPPE, do INSS, membros das comunidades e movimentos sociais ligados à questão estiveram presentes à audiência. A Associação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco se comprometeu a fornecer ao INSS um levantamento dos grupos existentes no estado. Também ficou decidido que o INSS e o Ministério Público farão palestras educativas nas comunidades quilombolas do estado sobre direitos previdenciários para facilitar o entendimento sobre a concessão de benefício. Em setembro, acontecerá uma nova reunião, em Caruaru, para monitorar as ações dos envolvidos.

Fonte: Ministério Público de Pernambuco e Agência Brasil

### FILME DE CONCEIÇÃO EM FESTIVAL

O documentário “Açude de Conceição”, produzido por qui-

lombolas de Conceição das Crioulas, foi selecionado para a Mostra Competitiva do Festival Audiovisual Visões Periféricas 2007. O evento, que recebeu mais de 185 inscrições, aconteceu entre os dias 6 a 17 de junho, no Rio de Janeiro. O filme mostra a discussão sobre como o açude de Conceição, única fonte de água da comunidade, localizada em Salgueiro (PE), deve ser utilizado. O documentário foi realizado durante uma oficina de vídeo ocorrida em janeiro de 2007, quando houve o encontro do grupo de vídeo de jovens da comunidade, o Crioulas Vídeo, com dois alunos de cinema da PUC-Rio. Desde 2005, o Crioulas Vídeo vem realizando produções sobre a comunidade e hoje já possui no seu acervo mais de vinte documentários.

Fonte: Rosário de Pompéia / Centro de Cultura Luiz Freire

## SE

### MALOCA RECEBE CERTIDÃO DA FCP

No final do mês de abril, o Inca iniciou o processo de regularização fundiária do território de Maloca, comunidade localizada na cidade de Aracaju. Mas a certidão da FCP de auto-reconhecimento como remanescente de quilombos só foi entregue à comunidade em solenidade do dia 26 de maio. Maloca, com 69 famílias, é a décima quinta comunidade remanescente de quilombos sergipana reconhecida e primeiro quilombo urbano do estado.

Fonte: MDA

### SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU SE DEFENDE DA TV GLOBO

Nos dias 14 e 15 de maio o Jornal Nacional apresentou as reportagens “Crime no quilombo

–suspeitas de fraude e extração de madeira de Mata Atlântica” e “Incra promete apurar denúncias de fraude no Recôncavo Baiano” sobre a comunidade de São Francisco do Paraguaçu, localizada no município de Cachoeira, região do Recôncavo Baiano. Insatisfeita com o conteúdo das reportagens, quilombolas de São Francisco divulgaram uma nota pública na qual afirmam que a emissora produziu uma reportagem “fraudulenta e tendenciosa, sem oferecer a comunidade nenhuma oportunidade para se defender”. “Fomos testemunhas do teatro que foi armado por ocasião das filmagens, onde boa parte da comunidade envolvida na luta pela regularização do território quilombola nem sequer foi ouvida, visto que a equipe de reportagem se recusou a registrar qualquer versão contrária aos interesses dos fazendeiros”, diz a nota, que também informa que os moradores tentaram conversar com a equipe da TV Bahia, afiliada da Rede Globo, sem sucesso. A Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); a FCP; Camila Dutervil, antropóloga responsável pelo processo da comunidade no Incra; e o Centro de Cultura Luiz Freire se manifestaram contra as reportagens da emissora em notas públicas.

Fonte: FCP e Folha de Sambaiba

## CONDIÇÕES PRECÁRIAS NO SUL DO ESTADO

A situação das comunidades do sul da Bahia foi tema da reunião entre representantes do governo federal e consultores da Associação dos Municípios do Baixo Sul no dia 29 de maio, em Brasília. Um grupo de especialistas pesquisou a realidade de 42 comunidades de nove municípios da região: Cairu, Camamu, Igrapuina, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença.

No diagnóstico socioeconômico ficaram evidentes as condições precárias de vida dos quilombolas. O abastecimento de água potável é insuficiente e as escolas ficam muito distantes das comunidades.

Fonte: Seppir

## MG

### VIOLÊNCIA CONTRA QUILOMBOLAS DE BREJO DOS CRIoulos

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Minas Gerais denunciou aos órgãos públicos tentativas de assassinato por jagunços e ilegalidades cometidos pela Polícia Militar de MG (PMMG) contra famílias da comunidade Brejo dos Crioulos, com graves violações dos Direitos Humanos. No dia 20 de maio, 50 famílias da comunidade, localizada nos municípios de São João da Ponte e Varzelândia, reocuparam a Fazenda Vista Alegre, localizada no seu território. No ano passado, a fazenda, que possui uma área de 2.900 ha, foi visitada e classificada como “Grande Propriedade Improdutiva” pelo Incra, e o Estado constatou que cerca de 900ha são de terras devolutas, griladas pelo fazendeiro Albino José da Fonseca. Após a reocupação da fazenda, os quilombolas foram atacados por jagunços e dois quilombolas foram baleados. A Polícia Militar foi acionada pelo fazendeiro e cerca de 60 homens, sem mandado judicial, mas armados com escopetas, bombas de gás lacrimogênio, cães e até um helicóptero, desocuparam a fazenda. A polícia prendeu três quilombolas que, segundo o boletim de ocorrência, foram detidos por serem líderes. Eles foram ouvidos na condição de testemunhas, mas ficaram presos na cadeia pública de Janaúba, de 18h às 23h. O Instituto de Terras, a Secretaria

Extraordinária de Reforma Agrária e o Incra foram informados das ações da PMMG mas não tomaram nenhuma atitude.

Fonte: CPT de Minas Gerais

## RJ

### PEDRA DO SAL

No dia 19 de junho foi promovida uma audiência no Ministério Público do Rio de Janeiro para discutir o processo de regularização do quilombo urbano da Pedra do Sal. Foi proposta na audiência a criação de um convênio entre o Incra e o Iterj para realizar uma pesquisa nos imóveis situados na área do quilombo. No próximo dia 4 de setembro, FCP, Incra, MP, Iterj e quilombolas da Pedra do Sal voltam a discutir a titulação da área, localizada no bairro da Saúde, zona portuária do Rio de Janeiro.

O impasse sobre a posse do território quilombola da Pedra do Sal também foi tema de uma reportagem do Jornal Nacional, veiculada no dia 25 de maio. A Ordem Terceira da Penitência, sociedade religiosa e beneficente ligada à Igreja Católica afirma ser proprietária de 130 imóveis localizados em torno da Igreja de São Francisco da Prainha, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, situado na área onde vivem 10 famílias quilombolas.

Fonte: FCP

### MARAMBAIA 1: REAÇÃO DA MARINHA

A partir de junho, a Marinha iniciou ações para reagir à sentença favorável à comunidade da Ilha da Marambaia (Mangaratiba), concebida no dia 20 de março. A decisão judicial estabelece que o Incra deve concluir os procedimentos para a titulação do território quilombola e garante a permanência dos quilombolas, além de outros direitos.



No dia 13 de junho, a consultora da Advocacia Geral da União, Alda Carvalho convocou uma reunião surpresa com os moradores. Alda afirmou que estava na Ilha a convite da Marinha e que aproveitara a ocasião para falar com os quilombolas. Em tom informal, ela propôs um acordo para a comunidade: todas as políticas públicas (energia elétrica, saneamento, atendimento de saúde, etc) até então ausentes seriam implementadas. Em troca, os quilombolas deveriam assinar um documento abrindo mão do título da terra. A proposta foi negada por unanimidade. No dia 15 foi a vez da Marinha convocar uma reunião com a comunidade: segundo Joeci Gomes Eugênio, representante quilombola, o comandante Loureiro, autoridade da Ilha, advertiu a comunidade dizendo que ninguém poderia construir ou reformar casas sem autorização. "Ele disse que esse direito não está garantido em lugar nenhum. O pessoal que até já tinha comprado tijolo agora está assustado", declarou Joeci. No entanto, o procurador Daniel Sarmiento, autor da ação civil pública aprovada explicou que a sentença favorável aos quilombolas está de pé e que a comunidade não deve dar ouvidos a esse tipo de pressão. O impasse, no entanto, continua.

Fonte: OQ / KOINONIA



Comunidade Ilha da Marambaia

## MARAMBAIA 2: EQUÍVOCOS DO JORNAL O GLOBO

Em maio, O Globo publicou matérias sobre a Ilha da Marambaia questionando a identidade quilom-

bola e sugerindo que a titulação provocará um processo de ocupação desordenada e especulação imobiliária. O conteúdo das reportagens apresentava informações incorretas, mostrava desconhecimento sobre a legislação vigente, bem como sobre o modo de vida da comunidade, que tem sido responsável pela preservação do meio ambiente. A primeira reportagem sobre o tema, publicada no dia 20 de maio, foi destaque da primeira página do jornal com o título: "Risco de favelização". KOINONIA, entidade que assessoria a comunidade desde 1999, publicou uma nota de esclarecimento a respeito das matérias. Além disso, diversas pessoas se manifestaram em defesa dos quilombolas da Ilha por cartas enviadas à redação do jornal e comentários publicados no site Globonline.

Leia a nota de esclarecimento de KOINONIA sobre o caso visitando o site Observatório Quilombola ([www.koinonia.org.br/oq](http://www.koinonia.org.br/oq)), seção de Notícias e Reportagens, notícia: "RJ - KOINONIA esclarece erros de matérias do Globo sobre Marambaia", 22/5/2007.

## SP

### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ADIADAS

O Ibama cancelou repentinamente as quatro audiências públicas para discutir o Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, sem comunicar aos interessados qualquer previsão de novas datas. Descontentes com esse adiamento, quilombolas do Vale do Ribeira, reunidos em uma das atividades de construção da Agenda Socioambiental Quilombola, manifestaram seu repúdio com relação à atitude do Ibama. A usina hidrelétrica é parte de um projeto de construção de barragens ao longo

do rio Ribeira de Iguape, que se destina a gerar energia para a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim.

Fonte: Site Quilombos do Ribeira

## SC

### A FAVOR DE INVERNADA DOS NEGROS

O Movimento Negro Unificado/SC e as Associações dos Remanescentes de Quilombos de São Roque e de Quilombos Campos dos Poli produziram, em junho, um manifesto em defesa da Comunidade de Remanescentes de Quilombos Invernada dos Negros (Campos Novos). No documento as entidades afirmam que, após a publicação do relatório técnico do Incra, criou-se uma articulação entre latifundiários, a Empresa Iguazú Papel e Celulose e políticos para atuarem junto aos órgãos estaduais no sentido de impedir a titulação das terras da comunidade.

De acordo com o manifesto, as argumentações contrárias aos direitos quilombolas desrespeitam os princípios básicos de Direito e de Justiça, assim como promovem uma análise racista e superficial da situação. Para os autores "atacar a Invernada significa atacar a reparação da dívida histórica desta sociedade para com a população negra, e neste caso com as populações quilombolas (...)".

O documento também lembra que o deputado federal Valdir Colatto (PMDB), que propôs um projeto de decreto legislativo para sustar o decreto presidencial 4.887/2003, que regulamenta a titulação das terras quilombolas, é proprietário na região.

Fonte: Movimento Negro Unificado (SC), Associações quilombolas de São Roque e Campos dos Poli

Leia o manifesto na íntegra visitando o Observatório Quilombola ([www.koinonia.org.br/oq](http://www.koinonia.org.br/oq)), notícia: "SC - Manifesto em defesa da comunidade Invernada dos Negros", 27/6/2007.

*A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) convoca todos os movimentos sociais e entidades de apoio à causa quilombola para se unirem ao ato público que pretende realizar no próximo dia 5 de outubro. Trata-se de um ato para questionar o papel das concessões públicas de televisão e o oligopólio das comunicações no país. As organizações Globo são o principal alvo, pelo fato de terem veiculado inúmeras matérias – tanto na TV quanto nos seus jornais impressos – contra comunidades quilombolas de diversos estados.*

*A idéia é que nesse dia seja feito um boicote à programação da Globo e que se realizem atividades nos quilombos que analisem a ação dessa emissora e da mídia em geral. A data foi escolhida em função de, nesse dia, vencerem as concessões da Rede Globo, TV Bandeirantes e TV Record.*

*Segundo os organizadores, a manifestação do dia 5 de outubro é mais uma oportunidade para demonstrar a insatisfação dos movimentos sociais com a mídia conservadora e suas investidas contra os setores populares. A seguir, o manifesto elaborado pela Conaq:*

### **CARTA CONVOCATÓRIA**

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ, entidade representativa das comunidades quilombolas de todos os estados da Federação, convoca todas as entidades e movimentos sociais para construir o Dia Nacional de Repúdio à Emissora Rede Globo de Televisão.

A nossa proposta é que o próximo dia 05 de outubro de 2007 fique marcado pela manifestação GLOBO, A GENTE NÃO SE VÊ POR AQUI!, que irá expressar a indignação dos movimentos sociais criminalizados, direta ou indiretamente, por essa emissora.

Nós, quilombolas, estamos vivenciando, como outros movimentos, uma investida da REDE GLOBO com matérias que negam a nossa identidade étnica e contra o decreto 4887/03, que regulamenta o processo de titulação dos territórios de quilombos.

Questionamos:

- O jornalismo da Rede Globo, pois possui uma postura tendenciosa a serviço das oligarquias, cujos interesses sempre entram em conflito com os interesses das classes populares;
- A formação da opinião pública dessa mídia, já que essas matérias acabam contribuindo para um maior desconhecimento da luta dos quilombolas e de outras lutas, desarticulando os diversos movimentos;
- O ineficiente controle que todos os poderes públicos e sociedade possuem em relação a esta emissora, já que não se sabe quando se renovam as suas concessões, não há fiscalização se os Direitos de Respostas são cumpridos, não há punições em relação às distorções cometidas, entre outras.

Sugerimos que neste dia (05 de outubro) sejam realizadas atividades nas quais se discutam sobre o papel da Rede Globo na sociedade brasileira, analisando como essa emissora desrespeita a diversidade dos movimentos sociais e de entidades.

A nossa postura política representa um ato de repúdio ao abuso de um grupo de mídia privado que se utiliza da concessão pública para descredibilizar aqueles e aquelas, que há mais de 500 anos, constroem a história desse país.

Contamos com a sua adesão.

## LIINHARINHO

A comunidade de Linharinho está localizada nas “terras do Negro Rugero”, situadas ao longo dos córregos São Domingos e Santana, ocupando 200 hectares. As terras da comunidade pertenciam à fazenda de Rita Cunha, grande produtora e comerciante de farinha de mandioca na região, dona de uma sesmaria às margens do rio Cricaré, que cortava os municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Negro Rugero (Rogério) era um dos “mestres de farinha” que trabalhavam para dona Rita, mas, em meados do século XIX, “aquilombou-se” com mais 30 escravos em um trecho da vasta propriedade.

Dona Rita, ao invés de iniciar um confronto, preferiu fazer um acordo com Negro Rugero: o quilombo não seria perseguido, mas em troca produziria farinha de mandioca em larga escala para a proprietária das terras, que teria a exclusividade de sua compra e descontaria dos pagamentos parcelas correspondentes ao preço de cada escravo fugido. Assim, o quilombo do Negro Rugero tornou-se um dos maiores produtores de farinha de São Mateus, com mais de dez casas de farinha e uma produção de cinquenta sacas ao dia.

Após a morte de dona Rita, a paz garantida pelo acordo acabou. Em 26 de junho de 1881, uma força policial do governo provincial, apoiada pelas milícias dos proprietários rurais de São Mateus, invadiu o quilombo, com o pretexto de se antecipar a uma insurreição geral dos negros, que estaria sendo planejada entre Negro Rugero e outras lideranças quilombolas. O quilombo foi destruído, e junto com ele a concorrência dos negros aquilombados na produção de farinha, mas nem todos foram capturados.

Os negros que conseguiram fugir ocuparam terras próximas aos córregos da região. Muitas comunidades foram organizadas a partir desse período, mantendo entre si laços culturais, religiosos e por muitas vezes de parentesco. Essas comunidades compõem um grande território negro identificado como Sapê do Norte e estão nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Em 2001, foram encontradas 32 comunidades que resistiram às tentativas de



Comunidade de Linharinho, ES

expropriação imobiliária vinda de fazendeiros e empresas, principalmente de agentes da Aracruz Celulose S/A.

Durante os últimos anos, o grupo vem sofrendo pressões permanentes para sair de suas terras. Entre 1980 e 1990, a Aracruz Celulose enviou mensageiros e negociadores, que chegaram mesmo a fazer ameaças a seus moradores para que vendessem suas terras. De fato, algumas famílias venderam e outras perderam suas terras, levando a um grande êxodo para os municípios de Linhares e de Vitória.

Algumas vezes essa perda se deu por meio de métodos violentos, como no caso da família do sr. Juventino, ex-morador da margem direita do córrego de São Domingos. Depois de resistir às investidas de Zé de Gugu, intermediário da Aracruz Celulose, sr. Juventino teve sua casa incendiada de forma criminosa, sua terra cercada e depois vendida para a empresa. Hoje, ele vive na comunidade do Córrego do Sertão, distrito de Braço do Rio.

A luta da comunidade para permanecer em seu território tem alcançado visibilidade nacional. Nos últimos anos os enfrentamentos com a Aracruz Celulose têm se intensificado. No mês de julho de 2007, a comunidade ocupou por 20 dias parte do seu território tomado pela empresa e só saiu de lá quando a justiça determinou a reintegração de posse. Entretanto, essa aparente derrota não teve o efeito esperado: a comunidade se fortaleceu e está longe de desistir de voltar ao seu território.

Ana Gualberto  
*Graduanda em História – UERJ*

### SANTOS NEGROS: exemplos de fé e de incentivo à luta

Não é novidade afirmar que a religião foi uma das formas utilizadas para controlar a população escrava. Uma das justificativas para a escravidão era justamente a possibilidade de apresentar aos africanos a verdadeira religião, o cristianismo, salvando-os de sua religiosidade africana, chamada de bárbara. Entretanto, é preciso analisar mais diretamente a propagação da devoção aos Santos Negros no Brasil.

No século XVII, com o aumento do tráfico escravo, o contingente de africanos e seus descendentes já era o maior da colônia. Esse aumento populacional atendia à demanda por maior produtividade, mas também trazia muitas preocupações. A população escrava precisava ser controlada, pois o risco de rebeliões sempre rondou os pensamentos dos escravocratas, principalmente depois do enfrentamento do Quilombo dos Palmares.

Assim, a disseminação da vida e da imagem de santos negros cai como uma luva nesse momento em que é necessário dar exemplos de condutas aos escravos. Exemplos de religiosos negros tementes a Deus e à Igreja, que aceitavam sua função estabelecida pela ordem social, atendiam perfeitamente essa demanda, indo de encontro à conjuntura que solicitava da Igreja uma colaboração para a manutenção da ordem social.

Várias obras foram produzidas por padres divulgando a vida de São Benedito, Santo Antônio de Noto, São Elesbão e Santa Efigênia, todas voltadas a um público específico: os escravos. Em seu livro sobre São Benedito e Santo Antônio de Noto, de 1726, o padre José Pereira Baião afirma que a divulgação da vida dos santos é um estímulo à fé: "o mesmo fruto espero em Deus que há de causar nos fiéis destes dois gloriosos Santos Pretos, especialmente nos de sua cor..."

São Benedito era filho de escravos, trabalhava como cozinheiro, despenseiro e guardião no convento franciscano de Palermo. Ele distribuía aos pobres os mantimentos que retirava da despensa do convento. Segundo seu biógrafo Frei Apolinário, que divulgou sua vida no Brasil em 1744, "apesar da cor preta", suas virtudes o levaram ao caminho da santidade. Seu culto começou no Brasil antes de sua canonização, que ocorreu em 1807.

Santo Antônio de Noto era de Guiné, filho de mouros, nascido e criado sob a lei de Maomé. Segundo a história propagada pela Igreja, para ele foi uma grande felicidade ser vendido com escravo para Sicília, pois lá pôde conhecer o cristianismo e se livrar da religião muçumana. Lá renunciou seu nome islâmico e assumiu o nome Antônio. Também teve sua vida marcada por virtudes e inúmeros milagres.

Santa Efigênia era uma princesa da Núbia. Após ter se convertido ao cristianismo, teria sido batizada pelo apóstolo Mateus. Tornou-se religiosa, abstenendo-se dos prazeres mundanos e dos bens materiais oferecidos pela realeza a que pertencia, e fundou uma comunidade religiosa a qual se dedicou até o final de sua vida. Sua história foi contada em 1738 pelo frei carmelita José Pereira de Santana.

Apesar da intenção de impor um controle ideológico aos escravos, a identificação com os Santos Negros e sua devoção serviu para propiciar um outro espaço de articulação. Com a formação das Irmandades Negras e a presença nas festividades religiosas em homenagem a esses santos, os escravos encontraram novas maneiras de participação na sociedade. Em outras palavras: embora o objetivo principal da Igreja ao fornecer esses exemplos de conduta fosse fazer com que os escravos aceitassem sua condição escrava, a fé em seus padroeiros e padroeiras foi mais um incentivo para lutar pela liberdade.

Ana Gualberto

Fonte Bibliográfica:

**Revista de História da Biblioteca Nacional**

ano 2 nº 20 (maio de 2007): "Negra devoção", OLIVEIRA, Anderson José Machado.

### siglas usadas nesta edição

**FCP:** Fundação Cultural Palmares

**Ibama:** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**Iterj:** Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

**Iterma:** Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

**Seppir:** Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

### territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ - TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site OQ. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

**Editor:** José Maurício Arruti

**Editora assistente:** Rosa Peralta

**Pesquisa:** Andréa Carvalho, Ana Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta

**Programação visual:** Cibele Bustamante

**Redação:** Manoela Vianna

**Revisão:** Helena Costa

**Secretário-executivo KOINONIA:** Rafael Soares de Oliveira



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço  
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230  
Rio de Janeiro • RJ  
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016



territoriosnegros@koinonia.org.br  
www.koinonia.org.br  
oq@koinonia.org.br  
www.koinonia.org.br/oq